2º CONGRESSO CAMESC

DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

A EXPERIÊNCIA DA ARBITRAGEM COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM 10 PROCEDIMENTOS ARBITRAIS

Felipe Moraes

2º CONGRESSO CAMESC
DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

1) Convenção de arbitragem (Cláusula compromissória e Compromisso Arbitral)

2) Solicitação de arbitragem

3) Legislações Específicas Aplicáveis

4) Indicação de Árbitros

5) Impugnação de Árbitros

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

6) Termo de Arbitragem e convenções sobre prazos e procedimento

7) Decisões sobre Arbitrabilidade Subjetiva e Extensão da Cláusula Compromissória

8) Decisões e Sentenças sobre arbitrabilidade objetiva

9) Sentenças Arbitrais e Decisões do Tribunal

10) Publicidade e Recolhimento de Custas

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Introdução

Artigo "Experiência e casos de reequilíbrio em PPP's"
Autores: Rodrigo Reis, Felipe Gutierrez e Frederico Estrella

- 73 projetos de PPPs celebrados até 2015 (março)

- **63 contratos analisados** (contratos com informações obtidas pelos autores)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Introdução

Artigo "Experiência e casos de reequilíbrio em PPP's"
Autores: Rodrigo Reis, Felipe Gutierrez e Frederico Estrella

- 63 contratos analisados

  57 contratos com previsão de arbitragem

  6 contratos sem previsão de arbitragem

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Introdução

Artigo "Experiência e casos de reequilíbrio em PPP's"
Autores: Rodrigo Reis, Felipe Gutierrez e Frederico Estrella

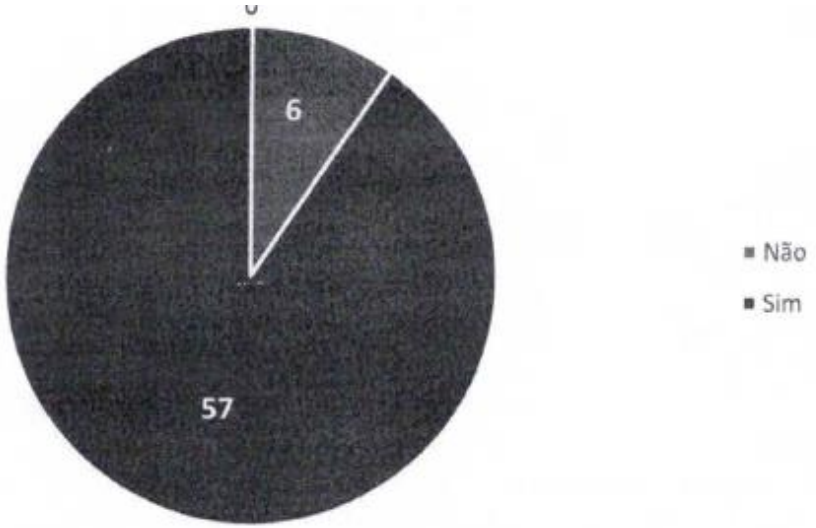


GRÁFICO 7 – Previsão de Cláusula Arbitral nos Contratos de PPP
Fonte: Elaboração Própria

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Introdução

Artigo "Experiência e casos de reequilíbrio em PPP's"
Autores: Rodrigo Reis, Felipe Gutierrez e Frederico Estrella

- 63 contratos analisados

  57 contratos com previsão de arbitragem

  6 contratos sem previsão de arbitragem

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Introdução

Artigo "Experiência e casos de reequilíbrio em PPP's"
Autores: Rodrigo Reis, Felipe Gutierrez e Frederico Estrella

- 57 contratos com previsão de arbitragem

  34 contratos com cláusula cheia (requisitos necessários / escolha da Câmara)

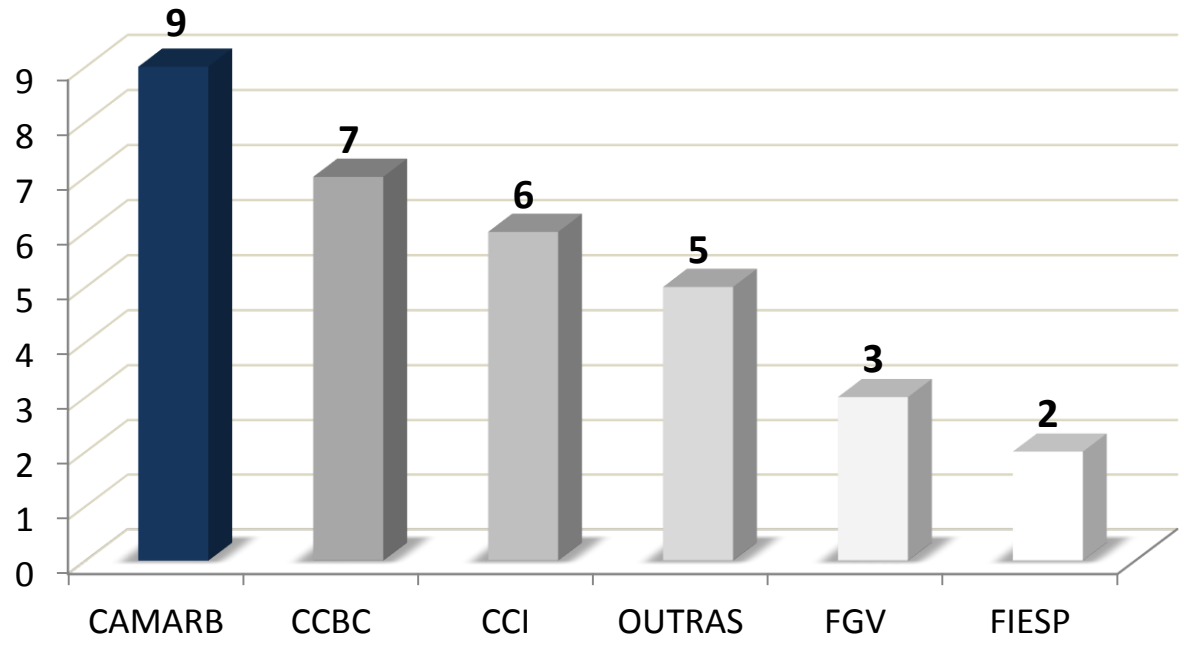
  23 contratos (ausência escolha Câmara)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Introdução

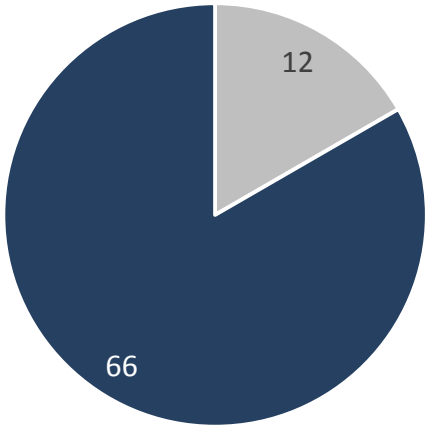
Artigo "Experiência e casos de reequilíbrio em PPP's"

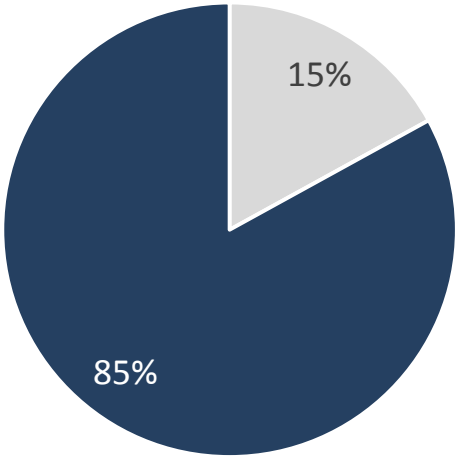
Autores: Rodrigo Reis, Felipe Gutierrez e Frederico Estrella



Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

Solicitações de arbitragem CAMARB 2014 a 2016
(**administração pública**)





- Arbitragens envolvendo administração pública como parte
- Arbitragens entre particulares/empresas privadas

- Arbitragens envolvendo administração pública como parte
- Arbitragens entre particulares/empresas privadas

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

Procedimentos administrados (estados, municípios e agências reguladoras)

- PPPs e Concessões de rodovias
- PPPs para construção e operação de complexos prisionais e de reabilitação
- PPPs para saneamento
- Contratos de Concessões do setor de petróleo
- Contratos de gestão e atendimento público (construção e operação de unidades de atendimento)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

Procedimentos administrados (estados, municípios e agências reguladoras)

Arbitragens com sede nos seguintes Estados/DF:
São Paulo
Minas Gerais
Rio de Janeiro
Distrito Federal
Pernambuco

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

1) Convenção de arbitragem (Cláusula compromissória e Compromisso Arbitral)

- Cláusulas vazias x cláusulas cheias

- Ações do Art. 7º da Lei de Arbitragem (importância cláusula cheia e escolha da Câmara)

- Especificidades em relação ao perfil dos árbitros (não recomendável limitar demasiadamente)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

2) Solicitação de arbitragem

- Requisitos

- Solicitação de intimação da parte integrante da administração pública

- Órgão responsável pela gestão contratual x órgão da advocacia pública (Ex: Procurador Geral do Estado)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

3) Legislações Específicas Aplicáveis

- Legislações estaduais que disciplinam questões procedimentais (ex: Lei Mineira de Arbitragem / Lei Pernambucana de Arbitragem)

  Indicação de Árbitros (Requisitos específicos)

  Casos práticos

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

4) Indicação de Árbitros

Boas práticas em relação a escolha do árbitro (Consulta prévia?)

Justificativa interna em relação a nomeação pela administração pública

Caso prático (indicação primeiro procedimento)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

5) Impugnação de Árbitros

- Casos práticos envolvendo administração pública

Ausência de consulta prévia / Pedido de substituição / Impugnação

Indicação profissional /ausência de disponibilidade e de aceitação formal

As relações de potenciais conflitos em relação as partes privadas e aos integrantes da administração devem ser as mesas?

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

6) Termo de Arbitragem e convenções sobre prazos e procedimento

Audiência inaugural / Oportunidade para advogados e procuradores customizarem o procedimento

Prazos (Definição de prazos em dobro? / Boa prática - prazos mínimos)

Forma de protocolo e cumprimento dos prazos (oportunidade de customização para atender as necessidades das partes, advogados e procuradores)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

7) Decisões sobre Arbitrabilidade Subjetiva e Extensão da Cláusula Compromissória

Caso prático (PPP)

SPE signatária da cláusula

Cessão da posição contratual (alegação de não serem partes signatárias do contrato)

Acionistas solicitam arbitragem (alegação de não serem partes signatárias do contrato)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

8) Decisões e Sentenças sobre arbitrabilidade objetiva

Casos práticos (análise individualizada)

Decisão sobre forma de recebimento/pagamento de determinados valores do contrato / emissão de NFs / Alegação de impactar em tributação em relação aos valores / arbitrabilidade

Decisão sobre cessão da posição contratual do Estado a outro particular / Anuência condicionada / Revogação do ato por suposta inobservância de requisitos / Arbitrabilidade

Legalidade do ato administrativo x <u>Repercussões econômicas em relação ao contrato</u>

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

8) Decisões e Sentenças sobre arbitrabilidade objetiva

Casos práticos (análise individualizada)

Exigibilidade de multas (contrato)

Ato de império (sanções da administração) x Repercussão econômica e extensão contratual (previsão contratual)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

9) Sentenças Arbitrais e Decisões do Tribunal

- Requisitos específicos? (Legislações específicas)
  Decisão por direito (vedação equidade)

- Decisões com natureza de sentença

- Sentença arbitral / precatórios

- Publicidade das sentenças arbitrais (Regulamentos Câmaras / Ex: CAMESC)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

9) Sentenças Arbitrais e Decisões do Tribunal

- Publicidade das sentenças arbitrais

Casos práticos (administração pública)

Perspectiva – Modelo Portugal

ex: Regulamento CAMESC

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

10) Publicidade e Recolhimento de Custas

Publicidade do Procedimento

Administração direta e indireta / Regime jurídico de direito público ou regime jurídico de direito privado

Regulamentos (CAMESC / CAMARB / CAM-CCBC / CAM-FIEP)

Perspectiva – Modelo Portugal

ex: Regulamento CAMESC / CAM-FIEP / CAMARB

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

10) Publicidade e Recolhimento de Custas

Recolhimento de custas

Modelo tradicional (antecipação 50% para cada polo processual)

Modelo Legislações Específicas (Lei Mineira / Lei Pernambucana) – particular antecipará integralidade / previsão no edital e contrato

Previsão específica no orçamento público (analogia a despesas processuais judiciais)

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

- Experiência dos 10 primeiros procedimentos arbitrais envolvendo administração pública direta (CAMARB)

Considerações Finais

Arbitragem como forma de conferir segurança jurídica e atrair investimentos

Avanço da arbitragem em todos os níveis (União, Estados e Municípios)

Advogados públicos especializados em arbitragem (especialização teórica / prática / e organizacional)

Avanço da arbitragem em relação a arbitrabilidade objetiva

Novos temas poderão ser resolvidos por meio de arbitragem

Arbitragens com a administração pública direta (experiência recente)

Felipe Moraes

felipe@camarb.com.br